

COLUNA

Opinião

DA REDAÇÃO

EQUIPE

Vinte auditores fiscais da Secretaria Estadual da Fazenda foram empossados solenemente na manhã de ontem em cerimônia realizada pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Piauí, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, deu boas-vindas aos novos servidores da Sefaz que já passaram por curso de formação. "Os auditores fiscais são importantes para o equilíbrio financeiro do Estado", disse Rafael.

Sábado

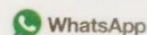
Teresina, 14 de maio de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



(86) 98889-9588

● ANO XXIX Número 10.759

● www.diariodopovo-pi.com.br

● Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

SECRETARIA DA FAZENDA

Vinte novos auditores fiscais da Fazenda do Piauí são empossados

Vinte auditores fiscais da Secretaria da Fazenda foram empossados solenemente na manhã de ontem. A cerimônia, realizada pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Piauí, aconteceu no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e contou com a presença de várias autoridades, dentre elas o secretário de Fazenda, Rafael Fonteles.

O secretário deu boas vindas aos novos servidores da Sefaz que já passaram por curso de formação. "Os auditores fiscais são importantes para o equilíbrio financeiro do Estado. Eles agora são servidores públicos e precisam olhar para a função pública que estão exercendo", disse Rafael. O superintendente da Receita, Antonio Luiz Soares, disse que



Foto: Divulgação

SECRETÁRIO Rafael Fonteles na posse dos novos auditores da Secretaria da Fazenda

a Sefaz está sempre buscando novas práticas para garantir um melhor desempenho das atividades de seus servidores,

dentre eles os auditores fiscais.

"Na Fazenda a gente está sempre querendo melhorar o

trabalho dos auditores. Trabalhamos na busca de melhores práticas", ressaltou. Para o presidente do Sindicato, Clésio Teixeira Coelho, os novos auditores ainda estão em formação. "São jovens que estão em formação e não se forma auditores da noite para o dia", frisou. Na oportunidade, todos os empossados receberam a carteira de auditor fiscal. "Esperamos desempenhar bem a nossa função. Nosso trabalho ajuda

o desenvolvimento social do Piauí", destacou o auditor recém empossado, Felipe Araújo.



[NOTÍCIAS DO PIAUÍ](#)

15/05/2016 - 15h04

[aumentar fonte](#) [diminuir fonte](#)

[Procedimento preliminar](#)

Promotora investiga ex-diretora do Detran Gemma Galgani

A portaria de nº 15/2016, de 10 de maio, foi assinada pela promotora de Justiça, Leida Maria Diniz, e tem o objetivo de investigar irregularidades na gestão.

BÁRBARA RODRIGUES, DO GP1

Atualizada em 15/05/2016 - 15h05

A promotora Leida Maria Diniz instaurou procedimento preliminar investigatório para investigar Gemma Galgani de Holanda Barroso, ex-diretora interina do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (Detran-PI), por irregularidades referentes ao exercício financeiro de 2011.

Na portaria de nº 15/2016, de 10 de maio, a promotora afirma que foi informada sobre a prestação de contas anual do Detran de 2011, de responsabilidade da Gemma Galgani, que foi diretora interina nos períodos de 16 a 18 de março, 04 a 06 de junho, 15, 16, 17 e 22 de junho e 29 de junho a 01 de julho e 10 de agosto de 2011, que foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí na TC/004510/2012.

Imagem: Divulgação



Gemma Galgani

Entre as irregularidades encontradas estava a incompatibilidade entre as peças orçamentárias, PPA, LDO e LOA, ausência de comprovação do efetivo saldo disponível, ausência de documentos na composição das prestações de contas, ilegalidade na concessão da Gratificação por Condição Especial de Trabalho (GCET) em substituição a

gratificação DAI, pagamento de gratificação variável em desacordo com a lei, despesas não comprovadas com prestadores de serviços terceirizados, entre outras coisas.

Segundo Leida Diniz, “as possíveis irregularidades podem ensejar dano ao erário e que constitui ato de improbidade violador aos princípios da administração qualquer ação ou omissão que viole os deveres da honestidade, imparcialidade, legalidade e moralidade, consoante o artigo 11 da LEI de Nº 8.429/92”.

Outro lado

O **GP1** não conseguiu localizar Gemma Galgani para comentar o caso.

<http://www.gp1.com.br/noticias/promotora-investiga-ex-diretora-do-detran-gemma-galgani-394401.html>



Segunda, 16 de Maio de 2016

Fone: (86) 3233-1286

redacao@gp1.com.br

WhatsApp: (86) 98128-2352

★ Favoritos

Q Procuro por...

Buscar

[POLÍTICA](#) » [PIAUI](#)

15/05/2016 - 19h22

[aumentar fonte](#) [diminuir fonte](#)

[Ação penal](#)

Tribunal de Justiça aceita denúncia contra prefeito Valkir Nunes

O desembargador e relator Pedro Alcântara afirmou na decisão que "não há, neste momento como acolher as teses defensivas apresentadas pelo denunciado".

BÁRBARA RODRIGUES, DO GP1

Atualizada em 15/05/2016 - 19h23

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) decidiram, no dia 4 de maio, aceitar denúncia contra o prefeito de Francisco Ayres, Valkir Nunes Oliveira, em ação penal. O gestor foi denunciado pelo Ministério Público Estadual em razão da dispensa irregular de licitação para a locação de um mini trio elétrico para realização de carnaval.

O Ministério Público chegou a solicitar do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a realização de uma auditoria que constatou a irregularidade na locação de um mini trio elétrico no valor de R\$ 8 mil sem o correto procedimento licitatório. O processo não teria

sido autuado e protocolado com a numeração das páginas, com o carimbo do órgão, o visto do responsável e indicação do recurso próprio.

Imagem: GP1



Valkir Nunes prefeito de Francisco Ayres

Em sua defesa o prefeito alegou que auditoria foi realizada com violação ao contraditório e ampla defesa, e que ele não foi informado de qualquer ato de requerimento, deliberação e autorização da auditoria. Destacou que o TCE não é um órgão auxiliar do Ministério Público, sendo nulo o procedimento, o requerimento e o órgão deliberativo, todo o seu resultado também deve ser considerado.

O desembargador e relator Pedro Alcântara afirmou na decisão que “não há, neste momento como acolher as teses defensivas apresentadas pelo denunciado, visto não serem capazes de afastar, de pronto, as imputações descritas na inicial acusatória, razão pela qual a denúncia deve ser recebida”.

Outro lado

O **GP1** não conseguiu localizar o prefeito para comentar o caso.

<http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-de-justica-aceita-denuncia-contra-prefeito-valkir-nunes-394522.html>

Líder em credibilidade

ODIA



Teresina, Piauí, Segunda, 16 de Maio de 2016

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00 | ANO 65 - Nº 18.416

Fechamento 21h | 12 páginas



Pági

Arimatéia Azevedo

Bem ruim

O Tribunal de Contas do Estado tem uma agilidade muito grande para cobrar transparência dos prefeitos Mas é mais garganta que

ação o trabalho do TCE, onde cadastrar dados de contas públicas municipais exige mais do que paciência

Melhora, TCE!

É claro que a deficiência do sistema de cadastramento de despesas públicas municipais não pode nem deve servir de desculpa aos prefeitos para fugir da transparência, mas ajudaria um bocado se o TCE pudesse receber com eficiência os dados que tanto cobra

Bem ruim 2

Obrigadas a informar ao TCE dados de suas despesas, as prefeituras precisam fazer isso através de um sistema chamado Sagres. Aí é onde a porca torce o rabo, como se diz lá por Morro Cabeça no Tempo e Jardim do Mulato. O Sagres, que deve ter esse nome por causa da escola de navegadores portugueses, funciona mal e porcamemente. Quando funciona.

